



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA

Edição nº.2937 - XII - Quarta, 04 de abril de 2018

Certifico que foi Publicado
Em 04/04/18
Romilda de Sousa Cabral Rodrigues
- Mat. 006

1 REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE 2 ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS

3 Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e dezoito, realizou-se na Casa dos
4 Conselhos, localizado na Rua Inácio de Pádua, nº 58 – Vila Vargas a reunião da Comissão
5 de Financiamento do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS com setores da
6 Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. Estiveram presentes os seguintes
7 Membros da Comissão: Maria Renilde Cardoso Machado (Presidente da Comissão), Tadeu
8 Mageste da Silva, Marcelina Alves de Almeida e Izabel Zanuncio e os convidados: Fábio
9 Alves da Silva (do Departamento Orçamentário e Financeiro da SMAS), Givaniito Souza
10 dos Santos (da Divisão de Compras da SMAS), Fernanda Guimarães (do Setor de
11 Contabilidade da SMAS), Wanderson Oliveira de Almeida (do Setor de Prestação de Contas
12 da SMAS), Laise Borges da Conceição (do Almoarifado da SMAS), Daniele de Oliveira
13 Silva (da Proteção Social Básica), Andreia Evangelista (da Proteção Social Especial de
14 Média Complexidade), além dos demais participantes: Jaqueline Pereira dos Santos (da
15 SMAS) e Maicon J. Fagundes. Também estiveram presentes: Andressa Guimarães Oliveira
16 Roni (Secretária Executiva do CMAS), Nídia Solidade Bonfim (Técnica Administrativa do
17 CMAS) e Joice da Silva Lima Nunes (Técnica Administrativa do CMAS). Estiveram
18 ausentes os convidados: Gilberto Souza Santos (Secretário da SMAS), que estaria em um
19 velório, conforme informou, Vanderley Ferreira dos Santos (Gestor do Bolsa Família) e
20 Juliana Coelho Dias (Coordenadora da Proteção Social de Alta Complexidade). A reunião
21 foi aberta às 08:42. A coordenadora da Comissão de Financiamento, Sra. Maria Renilde,
22 deu início a reunião, apresentando os componentes da Comissão. Após, justificou o motivo
23 da reunião, expondo inicialmente a necessidade da SMAS fazer uma prestação de contas
24 mais detalhada para uma melhor avaliação. Esclareceu que como o Conselho não tem
25 como estar em cada equipamento para controle e acompanhamento dos recursos gastos,
26 então faz-se necessário a SMAS proceder de meios para fornecer maiores detalhes que
27 venham subsidiar o trabalho desta Comissão e consequentemente do Conselho. Dado o
28 motivo da reunião, Givaniito esclareceu que antes o fluxo de entrega das compras
29 efetuadas era diretamente nos equipamentos responsáveis pela execução. Que
30 atualmente, esse fluxo perpassa pelo almoarifado, que é responsável pelo recebimento
31 das compras da SMAS para posterior repasse aos equipamentos. A lógica é que a
32 solicitação seja feita para abastecer o almoarifado e esse por fim distribuiria aos
33 equipamentos. Nesse sentido, pontuou que no processo de compra o máximo que poderá
34 ser feito é colocá-lo por Proteção, já que o recurso é por Proteção. Mas seria inviável por
35 demanda, pois o processo de compras é realizado por mês ou a cada dois meses.
36 Esclareceu que alguns processos acontecem por demanda, como é o caso dos gastos com
37 publicidade, entre outros. Os demais, colocou que até pelo princípio da economicidade, não
38 daria para fazer por demanda, nesse caso caberia ao almoarifado o controle por demanda.
39 Em seguida, Fábio falou da estrutura do orçamento que deve ser executado por Bloco.
40 Corroborou as colocações de Givaniito dizendo que por meio desse controle melhoraria o
41 histórico de compras por período, entre outros. Acrescentou ainda que também sente falta
42 de saber, por exemplo, qual o CRAS estaria sendo beneficiado. Falou que para o Setor de
43 Compras e o Departamento Financeiro é complicado de dar as justificativas e que teria que
44 definir o setor encarregado desse detalhamento, da qual acredita ser das Proteções que
45 solicitarem o material e/ou serviço. Também colocou que o Almoarifado teria que ter um
46 sistema de controle, bem como, uma pessoa exclusiva para esta função. Que tudo deveria
47 ser controlado por esse sistema da qual deveria conter as justificativas dos pedidos,
48 podendo as próprias Proteções e inclusive o Financeiro proceder com capacitações para
49 auxiliar o almoarifado nesse fim. Esclareceu que quanto as comprovações das despesas
50 elas dotam de peculiaridades. Explicou que a Prestação de Contas não é só a análise do



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA

Edição nº.2937 - XII - Quarta, 04 de abril de 2018

51 que foi creditado ou não, mas sim dos resultados trazidos. Colocou também que o Sr.
52 Wanderson, coordenador da Prestação de Contas, também é Fiscal de Contratos, que na
53 SMAS muitos dos setores estão com os servidores sobrecarregados, com acúmulo de
54 funções. Disse que caso o processo não esteja claro, o setor de direito deve produzir notas
55 explicativas para subsidiar o responsável pela Prestação de Contas. Mencionou a
56 importância da reunião, desse olhar para que realmente melhore os processos de despesa
57 e prestação de contas entre os atores envolvidos. Falou que cada despesa tem uma
58 natureza específica que irá determinar a forma da prestação de contas. Givanildo colocou
59 que o fim de ano se dá os encerramentos de contratos, tendo assim, que abastecer o
60 almoxarifado para os meses seguintes, cabendo a esse setor ter o controle dos materiais
61 recebidos, pois a comprovação por parte do Setor de Compras é apenas quanto a entrega
62 ao almoxarifado. Após a Sra. Daniele colocou que quando os equipamentos da Proteção
63 Social Básica solicitam o ônibus sempre informam a justificativa. Fábio disse que a questão
64 é que estas justificativas não estão aparecendo nos processos. Em seguida, Fernanda
65 disse que não tem como colocar esse detalhamento anexado em notas. Renilde disse que
66 realmente esses detalhamentos tem que ser informados a parte. Reforçou que a avaliação
67 do Conselho é trimestral, esclarecendo que o que foi comprado e pago inicialmente até o
68 final dos três meses de referência já irá aparecer a quem foi destinado o recurso. Fábio e
69 Fernanda pontuaram que só é possível fazer isso se houver um sistema de controle no
70 almoxarifado. Renilde colocou que não precisa necessariamente contratar uma empresa
71 para tal, destacou que na Educação um servidor do município criou um controle com o
72 próprio Excel. E que ele cadastra tudo por nota e a quem foi destinado. Fábio reafirmou que
73 devem ser feitos processos distintos. Nídia, reforçou o objetivo da reunião que se deu em
74 virtude das observações feitas pela Comissão nas análises das prestações de contas
75 anteriores em que foram verificadas falta de clareza nos processos, decidindo assim fazer
76 esta reunião a fim de evitar possíveis ressalvas nas próximas deliberações da prestação de
77 contas da SMAS. Fernanda considerou que esta reunião então veio tardia, já que a análise
78 é trimestral, então gostaria que fosse informada trimestralmente sobre qualquer
79 intercorrência, pois trabalham para não ocorrer ressalvas, e sim, para que seja uma
80 prestação "redonda". Disse também que o próprio TCM solicita documentos mais objetivos,
81 mas se o Conselho verificar que necessita de algo a mais do que está sendo entregue que
82 informasse, pois estão abertos a atender. Ponderou contudo, que não podem também
83 especificar muitos detalhes para não amarrar os processos, em especial, naqueles feitos
84 no final de ano que na maioria das vezes requer remanejamento. Ainda colocou das
85 dificuldades que tem para prestar contas de certas despesas, a exemplo das diárias, que
86 dependem do retorno das pessoas beneficiadas no que tange as documentações que
87 comprovem o uso dessa despesa como cópias das passagens, certificados, notas das
88 despesas. Disse que na maioria das vezes são obrigados a concluir os processos sem
89 as devidas comprovações e sujeitos assim a ressalvas. Compartilharam da mesma opinião
90 as Sras. Andreia, Jaqueline e Andressa que nunca foram cobradas tais comprovações,
91 inclusive foi orientação dada pelo próprio Fábio que não haveria necessidade. A Sra.
92 Jaqueline inclusive falou que mesmo sendo essa orientação sempre teve o cuidado de
93 pegar todas as notas, mas nunca foi exigido, recebendo a orientação de que não haveria
94 necessidade. Andreia disse que o fluxo hoje é que o servidor Luciano é quem compra as
95 passagens e a Sra. Kacyana tira cópia de todas as passagens compradas para anexar aos
96 processos, antes de entregá-las. Fábio disse que já cobrou de Kacyana. Fábio colocou que
97 tem processos lá parados por falta de documentação comprobatória. Falou que realmente
98 antes não era solicitado essas documentações e que hoje, a própria procuradoria orientou
99 a necessidade indicando que atestado, ata constando a participação também servem como
100 comprovação. Disse também que tem casos que é o próprio servidor beneficiado é quem



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA

Edição nº.2937 - XII - Quarta, 04 de abril de 2018

101 compra as passagens. Fernanda disse que tem quatro processos parados por falta de
102 comprovação de diárias. Renilde colocou que será encaminhado ofício a SMAS solicitando
103 que sejam anexados ao processo os devidos documentos comprobatórios. Em seguida,
104 Nídia pontuou sobre a importância da presença do secretário nesta reunião, sinalizando a
105 necessidade de se resolver as dificuldades do CMAS em obter respostas dos ofícios
106 encaminhados a SMAS. Pontuou que existem ofícios encaminhados ano passado e até
107 hoje sem respostas, bem como, outros deste ano, a exemplo do que foi encaminhado no
108 final de janeiro solicitando dados dos benefícios eventuais entre outros relatórios. Que por
109 conta dessa dificuldade foi combinado com Fábio que todos os ofícios seriam
110 encaminhados com cópia para o Departamento Financeiro e Orçamentário para que o
111 próprio Fábio ajudasse na condução desses ofícios, e que mesmo assim as dificuldades
112 permaneceram. Fábio disse que teve conhecimento desse ofício a pouco tempo e que iria
113 amarrar com Gilberto o compromisso no retorno dos ofícios. Andressa pontuou que seria
114 necessário entregar os ofícios com cópia diretamente direcionada ao servidor interessado.
115 Foi corroborado por Jaqueline que esse seria o caminho mais viável vez que realmente os
116 ofícios não tem chegado as divisões da gestão. Andressa colocou que o Conselho tem que
117 andar em harmonia com a SMAS. Fábio colocou que também há pendências do Conselho
118 no que concerne a programação dos 3% do IGD e também ao Plano de Ação do CMAS.
119 Andressa colocou que está em elaboração, além dos recessos, primeiramente deu-se
120 prioridade a oficina de estudo, para melhor direcionamento da atuação dos conselheiros,
121 inclusive no processo de elaboração do plano. Sr. Tadeu disse que a programação do
122 recurso do IGD feita no ano passado não havia sido cumprida. Givanilto e Renilde
123 esclareceram que chegou a ser publicado o pedido do Conselho e em seguida revogada,
124 porque estava posta por item e o chefe pediu por lote. Retomando, Renilde colocou que o
125 ofício condizente a despesa de diárias, irá indicando o prazo para comprovação de
126 despesa, conforme o prazo estabelecido na lei de diárias do município. Caso essa não
127 estabeleça, foi mencionado em conjunto o prazo razoável de cinco dias. Nesse momento
128 levantou-se a questão da ausência na lei de dispositivo que contemplasse diárias aos
129 conselheiros representantes da sociedade civil. O Sr. Tadeu colocou que pela Lei 983/2017
130 que trata da estrutura organizacional da prefeitura, no artigo 38, inciso XV, consta previsão
131 das despesas de passagens e diárias aos conselheiros tanto do governo quanto da
132 sociedade civil. Andressa colocou que a lei específica não traz isso, impedindo assim os
133 conselheiros de conseguirem, que na verdade tem que alterar a lei de diárias. Pontuou
134 inclusive que há várias normativas e orientações que trazem a inclusão da sociedade civil
135 para benefício de diárias, contudo nunca conseguiram tal direito em virtude da deficiência
136 da lei municipal de diárias. Dando prosseguimento, Renilde perguntou se estava sendo
137 alocado no FMAS o recurso próprio. Fábio disse que sim, que isso é uma prerrogativa para
138 receber recurso. Jaqueline colocou que inclusive no Plano de Ação do Estado aprovado
139 pelo CMAS vinha informado a previsão em torno de três milhões. Fábio disse que o
140 Conselho tem que acompanhar as mutações dessa previsão, que se a variação for superior
141 a 20% do previsto é sinal de mal planejamento. Disse que é necessário o Conselho verificar
142 as receitas. Acrescentou ainda que o Conselho deve pedir esclarecimentos dentro do
143 trimestre quanto ao recurso entregue se esse está sendo suficiente, ou seja, se está dando
144 o resultado na ponta. Também disse que era necessário que em cada processo houvesse
145 notas explicativas para entender o que de fato aconteceu. Após, Renilde perguntou qual as
146 parcelas dos recursos próprios repassados aos serviços. Fábio disse que não há
147 cronograma de desembolso, que os processos são feitos e passados a Marilene. A partir
148 daí são liberados exatamente os valores destes processos. Inclusive, no momento não
149 estão sendo repassados nenhum valor, pois estão fazendo reservas para folha de
150 pagamento. Disse ainda que o município não repassa valores fixos para a Assistência




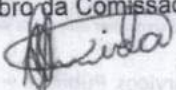
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

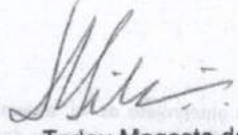
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA

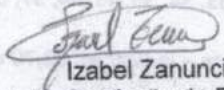
Edição nº.2937 - XII - Quarta, 04 de abril de 2018

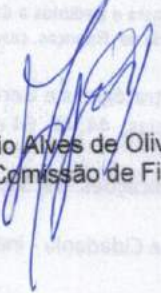
151 Social, como o faz para a Educação e Saúde que são repassados em percentuais fixados
152 constitucionalmente. Completou dizendo que os valores arcados pela SMAS aos serviços
153 são maiores do que consta efetivamente alocado no Fundo, pois muitas coisas são
154 executadas fora do Fundo, pelo orçamento da Secretaria. Em seguida, a Senhora Renilde
155 deu o fechamento das discussões com as seguintes proposições: ofícios a SMAS indicando
156 prazos para Prestação de Contas das diárias; Solicitar a justificativa dos ônibus (por
157 demanda) em todos os processos, observando a colocação de que a locação é feita por 6
158 meses, mas o pagamento é feito por Km, devendo constar o ofício de cada Proteção
159 solicitando o ônibus com exposição da justificativa, período, local de destino e itinerário;
160 Solicitar que deverá constar na Prestação de Contas referente a despesa do transporte
161 funeral, do mesmo modo, a justificativa, o período, o local de destino e itinerário; Solicitar
162 que o almoxarifado envie relatórios dos pedidos atendidos por nota fiscal assim que acabar
163 o saldo desta nota, para o Wanderson, que deverá encaminhar junto com a Prestação de
164 Contas do trimestre ao Conselho, procedendo dessa forma a partir do próximo trimestre,
165 além de criar mecanismo de controle por Proteção; Solicitar que junto a Prestação de
166 Contas seja encaminhado cópia da licitação, processo de dispensa e inexigibilidade,
167 conforme o caso, ocorridas dentro trimestre, inclusive daquelas feitas no âmbito da
168 prefeitura de forma geral em que a SMAS tenha direito de resgate, devendo encaminhá-las
169 quando ocorrer o primeiro pagamento; Encaminhar também o QDD do mês e cópia do
170 balancete encaminhado ao TCM. Ao final, Renilde acrescentou que poderá articular com o
171 Secretário de Educação, Hermon, o diálogo com o servidor que criou via Excel o controle
172 do almoxarifado da Educação e até possível treinamento e adequações que se fizerem
173 necessárias ao almoxarifado da SMAS. Nada havendo mais a tratar, deu-se por encerrada
174 a reunião, em que eu, Joice da Silva Lima Nunes, Técnica Administrativa do CMAS, lavrei
175 a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão e os
176 presentes que desejarem.



Maria Renilde Cardoso Machado
Presidente da Comissão de
Financiamento


Marcelina Alves de Almeida
Membro da Comissão de Financiamento


Tadeu Mageste da Silva
Membro da Comissão de Financiamento


Izabel Zanuncio
Membro da Comissão de Financiamento


Flávio Alves de Oliveira
Membro da Comissão de Financiamento

Certifico que foi Publicado
Em 04/04/18

Romilda de Sousa Cabral Rodrigues
- Mat. 008